

APOLOGIA DOS POBRES CONTRA O CALUNIADOR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Boaventura, Santo, Cardeal, ca.1217-1274

Apologia dos pobres contra o caluniador / São Boaventura ; tradução de Artur Costrino. – São Paulo : Paulus, 2025.

(Coleção Clássicos de espiritualidade)

Bibliografia

ISBN 978-85-349-5912-4

Título original: Apologia pauperum contra calumniatorem

1. Vida cristã 2. Espiritualidade 3. Pobreza 4. Frades 5. Perfeição I. Título II. Costrino, Artur III. Série

25-4660

CDD 248.4

Índice para catálogo sistemático:

1. Vida cristã

SÃO BOAVENTURA

Tradução: Artur Costrino

APOLOGIA DOS POBRES CONTRA O CALUNIADOR



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *Apologia pauperum contra calumniatores*

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Revisão

Tiago José Risi Leme

Carlos Antônio Maia

Luiz Henrique Ribeiro Lima

Design

Thais Moreno Ferreira

Imagem de capa

Getty Images

Impressão e acabamento

PAULUS

1ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Teleendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-5912-4

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

- 7** 1) Vida e legado de São Boaventura
- 9** 2) Sobre a *Apologia dos pobres contra o caluniador*

13 PRÓLOGO

16 CAPÍTULO I

Primeira parte da primeira resposta e capítulo I, no qual se revela a intenção perversa do caluniador, e declara-se a sublime perfeição da verdadeira condescendência de Cristo.

28 CAPÍTULO II

Segunda parte da primeira resposta e capítulo II, no qual se refuta o erro capital sobre a noção da perfeição e imperfeição e se revelam a exemplaridade da verdadeira perfeição e sua diferença em relação à imperfeição.

43 CAPÍTULO III

Terceira parte da primeira resposta e capítulo III, no qual se desvela a integridade da perfeição evangélica, e revelam-se seu estado sublime e graus multiformes.

64 CAPÍTULO IV

Primeira parte da segunda resposta e capítulo IV, no qual mostra-se o desejo de martírio como perfeito em si mesmo, e, ao contrário, a fuga do martírio é mostrada como imperfeita em si mesma.

77 CAPÍTULO V

Segunda resposta, segunda parte e capítulo V, em que se declaram o louvor e a perfeição da abstinência, e se refuta a caluniosa impugnação dela.

99 CAPÍTULO VI

Terceira parte da segunda resposta e capítulo VI, no qual se defende a rigorosidade do jejum como consonante com a perfeição, e se apresentam suas múltiplas recomendações.

113 CAPÍTULO VII

Primeira parte da terceira resposta e capítulo VII, no qual a pobreza voluntária e penuriosa é afirmada como fundamento da perfeição evangélica, e o que pode parecer contrário a isso é refutado.

152 CAPÍTULO VIII

Segunda parte da terceira resposta e capítulo VIII, no qual se mostra que a abundância das posses levíticas e eclesiásticas não é contrária à perfeição da pobreza, mas também que a recomendação das riquezas não é segura.

175 CAPÍTULO IX

Terceira parte da terceira resposta e capítulo IX, no qual a falsa razão da renúncia é refutada, e a prerrogativa da pobreza penuriosa em doze pontos é demonstrada.

201 CAPÍTULO X

Primeira parte da quarta resposta e capítulo X, no qual a religião dos pobres sem posses é defendida contra o erro, e o verdadeiro direito de posse eclesiástica é declarado.

219 CAPÍTULO XI

Segunda parte da quarta resposta e capítulo XI, no qual se mostra verdadeiramente que a profissão dos Frades Menores carece de apropriação de bens imóveis ou móveis e de propriedade de dinheiro tanto em próprio como em comum.

235 CAPÍTULO XII

Terceira parte da quarta resposta e capítulo XII, no qual é mostrada a frutificação multiforme dos pobres evangelizantes e seu estado é defendido contra as múltiplas astúcias das cavalações.

APRESENTAÇÃO

TIAGO JOSÉ RISI LEME

1) Vida e legado de São Boaventura

O nome de batismo de São Boaventura era Giovanni di Fidanza, mesmo nome de seu pai; sua mãe, por sua vez, chamava-se Rita (ou Ritella). Nasceu em Bagnoregio, na região do Lácio (Itália), próximo a Roma, entre os anos de 1217 e 1221, não se sabe ao certo. Quando criança, teve uma grave enfermidade, da qual foi curado milagrosamente. Em sua catequese sobre São Boaventura, o papa Bento XVI acenou a esse fato, que marcou substancialmente a vida do santo doutor franciscano: “Tinha sido atingido por uma grave doença e nem sequer o seu pai, que era médico, esperava salvá-lo da morte. Então, sua mãe recorreu à intercessão de São Francisco de Assis, que tinha sido canonizado havia pouco tempo. E Giovanni ficou curado” (BENTO XVI, 2010).¹

Iniciou seus estudos com os franciscanos. Em 1235, mudou-se para Paris, para estudar na Faculdade de Artes, na qual se formou por volta de 1243, ano em que iniciou seus estudos de Teologia e ingressou na Ordem dos Frades Menores, escolhendo o nome de Boaventura. Depois de concluir a Teologia, em 1248, começou a lecionar na Universidade como bacharel em Teologia. Em 1253, obteve a *licentia docendi* (licenciatura), defendendo uma tese sobre o conhecimento de Cristo, intitulada *Quaestiones disputatae de scientia Christi*. Posteriormente, tornou-se

1 Papa Bento XVI, Audiência Geral, Quarta-feira, 3 de março de 2010. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2010/documents/hf_ben-xvi_aud_20100303.html. Acesso em: 14 jul. 2025.

professor de Teologia junto aos franciscanos, sem poder ocupar livremente a cátedra de Teologia na Universidade de Paris, uma vez que os mestres seculares não admitiam que os mestres das Ordens mendicantes, como a franciscana e a dominicana, pudessem lecionar livremente naquela universidade. De fato, a vida religiosa mendicante era vista com muita desconfiança nos primórdios de sua fundação. Entretanto, em 1256, o papa Alexandre IV ordenou que Boaventura fosse “reconhecido oficialmente doutor e mestre da Universidade parisiense. Todavia, ele teve que renunciar a esse cargo prestigioso, porque naquele mesmo ano o Capítulo geral da Ordem o elegeu ministro-geral”.² Permaneceu à frente da Ordem dos Frades Menores por 17 anos, exercendo sua função “com sabedoria e dedicação, visitando as províncias, escrevendo aos irmãos e intervindo por vezes com certa severidade para eliminar abusos”.³ Sua influência ultrapassou os confins da Ordem Franciscana e, assim, quando a sede pontifícia estava vacante, ele teve a oportunidade de pregar em Viterbo, chamando a atenção dos cardeais reunidos para o Conclave, os quais o teriam consultado para fazê-lo papa, mas ele, por sua vez, teria indicado Teobaldo Visconti, que por fim foi eleito para a cátedra de São Pedro, assumindo o nome de Gregório X, o qual, por sua vez, nomeou-o cardeal em 28 de maio de 1273.⁴

O papa Gregório X deu a ele a incumbência de preparar o Segundo Concílio Ecumênico de Lyon, que ocorreu de 18 de maio a 17 de julho de 1274 e que tinha como principal objetivo restabelecer a unidade entre as Igrejas Católica e Ortodoxa, o que, por fim, se concretizou, graças, em grande parte, às intervenções

2 Ibid.

3 Ibid.

4 Cf. Tim Noone; R. E. Houser, “Saint Bonaventure”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/bonaventure/#LifeWork>. Acesso em: 14 jul. 2025.

de Boaventura nas sessões conciliares. São Tomás de Aquino também havia sido convocado para participar desse evento tão importante para a vida da Igreja, mas infelizmente morreu a caminho da cidade francesa, em 7 de março de 1274. A vida de Boaventura também se concluiu no ano do Concílio de Lyon; no caso dele, em 15 de julho de 1274, apenas dois dias antes da conclusão do concílio.

O papa Leão XIII, em sua encíclica *Aeterni Patris*, exaltou São Boaventura como um dos dois pilares do pensamento escolástico, ao lado de São Tomás de Aquino. São Boaventura foi elevado à dignidade de doutor da Igreja pelo papa Sisto V, em 1588. Seu legado teológico e espiritual se perpetuou através das diversas obras que ele escreveu. Merecem destaque seu *Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo*, como também suas três obras escritas como questões disputadas (método também utilizado por Tomás de Aquino e por outros pensadores escolásticos): *Sobre o conhecimento de Cristo*; *Sobre o mistério da Santíssima Trindade* e *Sobre a perfeição evangélica*. Ele também escreveu uma *Vida de São Francisco*, considerada a mais fiel e digna de confiança. Merece destaque também sua obra de teor místico, o *Itinerário da mente para Deus*.

2) Sobre a Apologia dos pobres contra o caluniador

A *Apologia pauperum contra calumniatorem* foi escrita por São Boaventura nos idos de 1269. Trata-se de um dos textos mais significativos do *corpus* polêmico franciscano do século XIII. Nela, o ministro-geral dos Frades Menores responde às acusações dirigidas contra os mendicantes, especialmente contra a pobreza voluntária, que constituía o núcleo de sua forma de vida. O “caluniador” a que o título se refere costuma ser identificado com o mestre secular Geraldo de Abbeville, cuja obra *Contra adversarium perfectionis christianae* (1269) representa

um dos ataques mais sistemáticos à legitimidade das ordens mendicantes na Universidade de Paris.⁵

O contexto imediato da obra é marcado pela chamada que-rela mendicante, disputa intelectual e eclesial em torno do lugar dos franciscanos e dos dominicanos no seio da Igreja e da uni-versidade. Para o clero secular, a prática da mendicância parecia não apenas uma inovação, mas sobretudo uma ameaça à ordem social e eclesiástica estabelecida. A resposta de Boaventura não se limita, entretanto, a uma defesa jurídica ou pragmática: seu objetivo é articular uma visão teológica e espiritual da pobreza evangélica como forma superior do seguimento de Cristo.

Do ponto de vista textual, a *Apologia pauperum* circulou amplamente na Idade Média. Os principais testemunhos manus-critos encontram-se hoje na Biblioteca Apostólica Vaticana, na Bibliothèque Nationale de France e em coleções conven-tuais dispersas. A edição crítica de referência foi preparada por F. Delorme, publicada na coleção *Opera omnia* de São Boaventura (Quaracchi, 1891, vol. VIII, p. 233-305).⁶ Desde então, a tradição manuscrita e a autenticidade da obra têm sido confirmadas pela crítica filológica, que aponta a unidade estilística e temática em relação a outros escritos polêmicos do Doutor Seráfico.

No plano do conteúdo, a *Apologia* organiza-se em torno da refutação de objeções: Boaventura demonstra, por meio da Escritura, dos Padres da Igreja e da razão teológica, que a pobreza voluntária não contradiz o Evangelho, mas, ao contrário, o realiza de modo mais pleno. Ele argumenta que Cristo e os apóstolos viveram na pobreza, e que os conselhos evangélicos – entre os quais a renúncia aos bens – não são desprezo do mundo criado,

5 Sobre Geraldo de Abbeville e a controvérsia mendicante, cf. Gordon Leff, *Paris and Oxford Universities in the Thirteenth and Fourteenth Centuries* (New York: Wiley, 1968), p. 160–180.

6 *Sancti Bonaventurae Opera omnia*, ed. Quaracchi, vol. VIII (Quaracchi: Collegium S. Bonaventurae, 1891), p. 233-305.

mas expressões da caridade e da liberdade interior. A pobreza, nesse sentido, não é apenas um meio ascético, mas um sinal escatológico e eclesial.⁷

Os estudos modernos têm reconhecido a importância da *Apologia pauperum* tanto para a história intelectual do século XIII quanto para a espiritualidade franciscana. David Burr evidencia como o texto reflete a tensão entre o ideal radical de pobreza e sua institucionalização na Ordem.⁸ Ewert Cousins vê na obra a defesa sistemática de uma espiritualidade evangélica em sintonia com a teologia escolástica da universidade parisiense.⁹ Já Jacques Guy Bougerol ressalta o papel do texto como testemunho da luta do franciscanismo universitário para harmonizar fidelidade ao Evangelho e inserção eclesial.¹⁰

Pode-se afirmar, portanto, que a *Apologia pauperum contra calumniatorem* ocupa um lugar estratégico no pensamento boaventuriano: ela não apenas defende os frades menores diante das acusações externas, mas explicita de maneira clara a convicção central do Doutor Seráfico de que a pobreza evangélica é elemento constitutivo da perfeição cristã. Considerada hoje, a obra não se constitui apenas como um documento polêmico medieval, mas também como chave de leitura para compreender a teologia franciscana e sua inserção no debate universitário e eclesial do século XIII.

7 Cf. Joseph Ratzinger, *Die Geschichtstheologie des hl. Bonaventura* (Munich: Schnell & Steiner, 1959), p. 185-190.

8 David Burr, *The Spiritual Franciscans: From Protest to Persecution in the Century After Saint Francis* (University Park: Pennsylvania State University Press, 2001), p. 15-28.

9 Ewert Cousins, *Bonaventure and the Coincidence of Opposites* (Chicago: Franciscan Herald Press, 1978), p. 102-115.

10 Jacques Guy Bougerol, *Introduction à saint Bonaventure* (Paris: Vrin, 1988), p. 183-197.

PRÓLOGO

1. Consta ter sido decretado, pela definição inviolável do Legislador Supremo,¹ que o culto devido à majestade eterna deve ser cumprido de tal forma que a adoração de ídolos seja evitada;² de tal modo o intelecto criado seja submetido à obediência da suprema verdade que nenhum assentimento seja dado à falsidade; que se deve buscar a santificação dos espíritos, livrando-se da servidão aos prazeres carnaís; e, finalmente, que se deve aprovar a retidão das virtudes divinas, rejeitando a depravação dos vícios deformantes. Portanto, assim como somos ordenados a desejar e a buscar com amor especial a verdade da fé e dos costumes, assim também nos esforçamos com o maior horror para evitar os erros igualmente atribuídos; e tanto mais intensamente quanto mais prejudiciais são comprovados. Porque os escritores católicos das Escrituras Sagradas assim o compreenderam, logo que sentiram o surgimento das sementes dos dogmas perversos, com grande empenho dedicaram diligente esforço para sua destruição, para que, se crescessem nas profundezas, não sufocassem as sementes da plantação do Senhor.³

2. Além disso, nestes últimos dias, nos quais o brilho da verdade evangélica surgiu com mais clareza – o que não podemos relatar sem abundância de lágrimas –, descobrimos que um

1 Jó 36,22: “Não há ninguém semelhante a Ele (Deus) entre os legisladores”.

2 Êxodo 20,2-5: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida, nem semelhança alguma do que há em cima no céu, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te curvarás a elas nem as servirás, porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam”. 2 Coríntios 10,5: “Destruímos raciocínios e toda altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levamos cativo todo pensamento à obediência a Cristo”. Romanos 12,1: “Portanto, irmãos, rogo-lhes pelas misericórdias de Deus que se ofereçam em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus – este é o culto racional de vocês”.

3 Mateus 13,7: “Outras sementes caíram entre espinhos, que cresceram e sufocaram as plantas”.

certo dogma surgiu e já foi registrado em escritos, que como uma fumaça fétida e horrível, irrompendo do poço do abismo e opondo-se diretamente aos raios brilhantes do próprio sol da justiça, tenta obscurecer o hemisfério das mentes cristãs.⁴ Não permitamos, portanto, que tão perniciosa mancha se desenvolva dissimuladamente, com ofensa a Deus e perigo para as almas, especialmente quando, com astúcia serpentina, ostenta uma certa piedade na superfície. Assim, para que a face de seu disfarce⁵ não permaneça velada, tendo sido exposta a armadilha, a queda possa ser cuidadosamente evitada. E uma vez que o artífice desses erros, enquanto ainda é um viajante, como acreditamos, pode ser corrigido pela misericórdia de Deus, Cristo deve ser implorado diligentemente por ele, para que, pela virtude de Sua voz e pela luz de Sua sabedoria, que uma vez mostrou a Saulo,⁶ não esquecendo de Sua misericórdia, Ele possa amedrontar o obstinado, humilhar o orgulhoso e buscar, corrigir e trazer de volta o errante. E, como as feridas de um amigo são melhores do que os beijos enganosos de um inimigo,⁷ não se deve ungir a cabeça fraca do pecador com o óleo da adulação, nem se deve acariciar o abscesso de um coração inchado; pelo contrário, o pescoço erguido de um homem insolente deve ser atingido com uma dura repreensão, não por ódio amargo, mas por um amor zeloso de uma mente tranquila. O próprio dogma pestilento deve ser refutado com um progresso ordenado, para que, à objeção apresentada, corresponda uma resposta, e à acusação, uma defesa equivalente.

4 Apocalipse 9,2: "Ele abriu o poço do abismo, e dele subiu fumaça como a fumaça de uma grande fornalha, e o sol e o ar se escureceram por causa da fumaça do poço". Malaquias 4,2: "Mas para vocês que reverenciam o meu nome, o sol da justiça se levantará trazendo cura em suas asas".

5 Jó 41,4: "Quem revelará a face da sua vestimenta?".

6 Atos 9,3ss.

7 Provérbios 27,6: "As feridas feitas pelo amigo são leais, mas os beijos do inimigo são enganosos". Salmos 140,5: "Que o justo me corrija com misericórdia e me repreenda, mas que o óleo do pecador não unja a minha cabeça".

3. Portanto, como primeiro, tenta derrubar o ápice da perfeição evangélica, depois precipitar as muralhas e, em terceiro lugar, destruir os fundamentos, e finalmente tornar abominável ao mundo a profissão dos pobres de Cristo com falsas acusações, deve ser preparada uma defesa quádrupla em resposta, cada uma dividida em três partes, conforme a matéria exigir, para que os soldados do Evangelho, rodeados por essa armadura triangular como um escudo de verdade, possam ser protegidos invictos contra as pontas afiadas dos dardos flamejantes.⁸

8 Seguindo vários manuscritos, inserimos aqui o resumo dos capítulos, que em outros lugares era apresentado antes do Prólogo. No entanto, notamos que não apresentamos em todos os lugares as palavras e a ordem dos referidos manuscritos, pois eles expressam a matéria de vários capítulos de forma menos completa.